

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES INDÍGENAS: TRADUÇÃO COMO UMA TENTATIVA DE REPARAR O SILENCIAMENTO

THE INTERNATIONALIZATION OF INDIGENOUS PRODUCTIONS: TRANSLATION AS AN ATTEMPT TO REPAIR SILENCING

Patrick Rezende¹

Resumo

Este artigo examina as intersecções entre produção científica, internacionalização e hegemonia anglófona, considerando as tensões epistemológicas derivadas da colonialidade do saber. Fundamentado no conceito de *mundialização* (Mongin, 2005), que ultrapassa a globalização econômica ao contemplar transições culturais e identitárias, analisa-se o paradoxo do inglês como língua científica global: enquanto facilita a circulação transnacional do conhecimento, perpetua assimetrias históricas, privilegiando perspectivas do Norte Global (Phillipson, 2008). No contexto brasileiro, a internacionalização universitária tensiona-se entre a adoção do inglês e a invisibilização de saberes locais, especialmente indígenas, que possuem sistemas próprios de registro e transmissão epistêmica (Rezende, 2019). Argumenta-se que práticas tradutórias críticas podem funcionar como mecanismos de emancipação epistêmica, ampliando a circulação de epistemologias indígenas. Conclui-se que a democratização científica requer não apenas inclusão de vozes subalternizadas, mas transformação dos critérios hegemônicos de validação científica.

Palavras-chave: Hegemonia do inglês; Colonialidade do saber; Epistemologias indígenas; Internacionalização científica; Tradução.

Abstract

This article examines the intersections between scientific production, internationalization, and Anglophone hegemony, considering epistemological tensions derived from the colonality of knowledge. Grounded in the concept of *mondialisation* (Mongin, 2005), which transcends economic globalization by contemplating cultural and identity transitions, we analyze the paradox of English as a global scientific language: while facilitating transnational knowledge circulation, it perpetuates historical asymmetries, privileging perspectives from the Global North (Phillipson, 2008). In the Brazilian context, university internationalization is tensioned between English adoption and the invisibilization of local knowledge, especially indigenous epistemologies, which possess their own systems of epistemic registration and transmission (Rezende, 2019). We argue that critical translation practices can function as mechanisms for epistemic emancipation, expanding the circulation of indigenous epistemologies. We conclude that scientific democratization requires not only the inclusion of subalternized voices but also the transformation of hegemonic criteria for scientific validation.

Keywords: English hegemony; Coloniality of knowledge; Indigenous epistemologies; Scientific internationalization; Translation.

Produção científica, internacionalização e a língua inglesa

O escritor e editor francês Olivier Mongin (2005) observa que a globalização tem sido frequentemente concebida de forma reducionista, limitada a uma dimensão estritamente econômica e mercadológica, caracterizada por intensos fluxos financeiros, comerciais e tecnológicos. No entanto, o autor ressalta que os processos globais contemporâneos nos quais

¹ Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Língua Inglesa, suas Literaturas e Tradução da Universidade Federal do Ceará. E-mail: patrickrezende@hotmail.com

estamos inseridos configuram uma dinâmica significativamente mais complexa e multifacetada, marcada por profundos deslocamentos migratórios, hibridizações culturais, crises de identidade e o surgimento de novas formas de pertencimento. Tais transformações, segundo Mongin (2005), repercutem diretamente sobre nossas percepções de espaço e tempo, redimensionando os marcos tradicionais que estruturam a experiência social. Nesse contexto, o autor propõe a noção de *mundialização* para designar esse fenômeno ampliado e mais abrangente, que transcende as fronteiras da lógica meramente econômica.

Para Mongin (2007), os processos de *descentramento do mundo* têm suas raízes nos projetos coloniais dos séculos XV–XIX, os quais consolidaram uma narrativa binária de *centro* (Europa como metrópole civilizatória) e *periferia* (colônias como espaços subalternos). Esse paradigma, contudo, é radicalmente transformado ao longo do século XX, primeiro pela crise dos Estados-nação e pelos movimentos de independência das antigas colônias, depois pela reconfiguração técnica e financeira do capitalismo globalizado no final do século.

Na contemporaneidade, esse descentramento radicaliza-se por meio de duas dinâmicas aparentemente contraditórias. De um lado, observa-se uma tendência à homogeneização técnica e cultural, impulsionada pela financeirização dos fluxos, pela realocação das cadeias produtivas industriais e pela difusão das tecnologias digitais. De outro, evidencia-se uma crescente fragmentação identitária, manifesta no ressurgimento de particularismos locais, religiosos e comunitários que desafiam a pretensa universalidade dos valores ocidentais. Mongin (2006) destaca que essa dualidade não configura uma etapa transitória da história, mas sim um paradoxo estrutural inerente ao processo de mundialização, cujas tensões moldam de forma decisiva as configurações sociais, culturais e políticas do mundo contemporâneo. O autor argumenta que tal dinâmica não se desenvolve de maneira linear ou progressiva: o descentramento não implica a substituição da tradicional lógica centro-periferia por uma nova hierarquia estável, mas instaura um espaço-mundo caracterizado por uma policentricidade paradoxal. A mundialização, nesse sentido, configura-se menos como um estágio evolutivo ou uma etapa histórica delimitada e mais como um processo contínuo de desterritorialização, que

redefine concomitantemente as categorias de global e local, tensionando suas fronteiras e interdependências.

Nesse cenário de descentramento global, a questão linguística assume contornos particularmente complexos, inserindo-se em uma agenda marcada por tensões entre dinâmicas dominantes e resistências locais. Por um lado, tem-se a inquestionável consolidação do inglês como *lingua hegemonica* dos fluxos transnacionais — econômicos, midiáticos, acadêmicos e tecnológicos — conferindo-lhe uma posição de centralidade funcional no espaço global. Por outro, observa-se o ressurgimento de identidades linguístico-culturais locais, que, em resposta à homogeneização simbólica imposta pelos centros globais, articulam estratégias de resistência e afirmação. Trata-se, portanto, de uma configuração paradoxal, na qual a universalização instrumental da língua coexiste com a revalorização de pertencimentos linguísticos situados, evidenciando as ambivalências que caracterizam os processos contemporâneos de globalização cultural.

Ainda na década de 1990, na primeira edição de sua obra seminal *English as a Global Language*, David Crystal (1997) refletia criticamente sobre os múltiplos vetores que sustentam a hegemonia contemporânea da língua inglesa. Segundo o autor, esse predomínio não pode ser atribuído exclusivamente a fatores históricos, como a expansão colonial britânica ou a consolidação dos Estados Unidos como potência global no pós-Segunda Guerra Mundial. Ele destaca, também, a centralidade de elementos econômicos, midiáticos, científicos e culturais que, articuladamente, contribuíram para a difusão do inglês como *lingua global* dos circuitos transnacionais. Crystal reflete, contudo, que tal supremacia linguística não é isenta de consequências, uma vez que acarreta riscos significativos de marginalização e erosão de outras línguas e culturas, comprometendo a diversidade linguística mundial.

Compreende-se que a hegemonização do inglês, intensificada sobretudo a partir do período da Guerra Fria, não pode ser compreendida unicamente sob a ótica da funcionalidade comunicativa. Torna-se imprescindível considerar, igualmente, as profundas assimetrias de poder que atravessam e estruturam as relações globais, uma vez que a difusão de determinadas línguas em detrimento de outras está intrinsecamente vinculada a dinâmicas geopolíticas,

econômicas e culturais que perpetuam hierarquias e desigualdades no sistema internacional. Nesse sentido, é necessário manter uma postura crítica e vigilante, por exemplo, diante da própria noção de *língua franca*, uma vez que essa designação, como adverte Phillipson (2008), pode induzir equivocadamente à ideia de neutralidade linguística. O autor ressalta que rotular o inglês como um “instrumento neutro para comunicação internacional entre falantes que não compartilham a mesma língua materna²” (Ibid., p. 251) não representa apenas um risco ideológico, mas configura, sobretudo, uma falsidade, na medida em que o inglês opera como um vetor de hierarquias que reproduzem assimetrias de poder herdadas das estruturas coloniais e reiteradas pelas práticas imperialistas do neoliberalismo contemporâneo. Phillipson (2008) enfatiza, ainda, que seu uso predominante nos âmbitos da economia, da diplomacia, da produção acadêmica e científica não decorre exclusivamente de critérios práticos ou de uma escolha equitativa, mas evidencia a consolidação de estruturas que favorecem os falantes nativos e as nações anglófonas, ao mesmo tempo em que marginalizam outras línguas e culturas.

No contexto da hegemonia linguística do inglês, é pertinente destacar que renomados estudiosos da área, como Pennycook (2006), Canagarajah (2012) e Jenkins (2015), sustentam, contudo, que tal processo não deve ser compreendido como um sistema monolítico ou unidirecional. Em outras palavras, o inglês não se configura como um instrumento imposto de maneira homogênea, mas sim como uma língua constantemente reconfigurada e ressignificada por seus usuários, os quais mobilizam repertórios híbridos e múltiplos na construção de significados situados. Essa perspectiva evidencia a natureza dinâmica da linguagem, ao demonstrar como as práticas linguísticas dos falantes incorporam e adaptam elementos provenientes de distintos sistemas comunicativos, gerando formas de expressão que transcendem as normatividades prescritivas.

Tal abordagem desloca o inglês de seu tradicional status de língua imperial, revelando como ele é continuamente *desterritorializado* e *relocalizado* nas práticas cotidianas — seja por meio de empréstimos lexicais, alternância de códigos ou adaptações gramaticais. Para

² Tradução nossa de: “[...]is a neutral instrument for ‘international’ communication between speakers who do not share a mother tongue[...]”.

Canagarajah (2017), esses fenômenos não devem ser interpretados como meros desvios em relação a uma norma centralizada, mas sim como performances linguísticas legítimas que subvertem as hierarquias tradicionais. Dessa forma, embora o inglês ainda opere inserido em estruturas de poder globais, sua materialidade discursiva vem sendo continuamente ressignificada por sujeitos que o utilizam — não como agentes passivos, mas como protagonistas de práticas linguísticas que desafiam a autoridade historicamente conferida aos chamados “falantes nativos”. As reapropriações locais, que subvertem os legados linguísticos das empreitadas coloniais, também contribuíram para a consolidação do inglês, ao longo das últimas décadas, como a principal língua de comunicação em escala global. Tal condição reproduz-se de maneira evidente no campo acadêmico, no qual o idioma assume um papel central na produção e na circulação de saberes. A predominância do inglês nesse contexto decorre, em grande medida, da ampliação das possibilidades de interlocução entre pesquisadores oriundos de diferentes formações linguísticas e culturais, o que o torna um instrumento privilegiado para a disseminação internacional do conhecimento.

Nesse contexto, o inglês ocupa um papel central na promoção da integração entre comunidades científicas globais, ao facilitar colaborações, publicações conjuntas e o acesso a redes internacionais de pesquisa. Importa reiterar, entretanto, que essa centralidade do inglês não implica, necessariamente, a supressão das línguas nacionais ou comunitárias, tampouco a anulação das identidades culturais dos povos que o utilizam em contextos acadêmicos. Ao contrário, pode ser compreendida como uma estratégia de projeção de saberes e produções científicas para além dos limites locais, superando barreiras linguísticas que, de outra forma, poderiam restringir sua circulação. Assim, o inglês — tal como discutido anteriormente, com suas múltiplas variações e sotaques — pode, paradoxalmente, contribuir para a valorização e o fortalecimento das identidades e culturas locais no próprio processo de internacionalização (Knight, 1999).

Todavia, essa dimensão aparentemente inclusiva e funcional do inglês no espaço acadêmico não deve obscurecer as tensões que atravessam seu uso como língua franca da ciência. Ao mobilizar o conceito de *locus de enunciação*, conforme proposto por Walter Mignolo (2003), torna-se evidente que a língua inglesa — apesar do desejo ocidental de neutralidade universal — é sempre produzida a partir de coordenadas históricas, sociais e

culturais específicas. Para Mignolo, todo conhecimento é enunciado a partir de um lugar determinado, e a ocultação desse lugar — prática recorrente na tradição científica ocidental — constitui uma das estratégias da colonialidade do saber. Assim, o inglês utilizado nas publicações acadêmicas não é um idioma transparente ou desinteressado, mas uma linguagem carregada pela geopolítica do conhecimento, herdeira de um projeto colonial que buscou se universalizar. Tal perspectiva desestabiliza a noção de que o inglês científico seja um meio neutro da racionalidade, revelando, ao contrário, que ele está impregnado por visões de mundo situadas, que refletem interesses, silenciamentos e exclusões. Reconhecer essa marcação é fundamental para problematizar a hegemonia linguística e epistêmica que o inglês representa e, ao mesmo tempo, abrir espaço para outras formas de enunciação, muitas vezes marginalizadas, mas igualmente legítimas e potentes na produção de conhecimento.

O papel desempenhado pela língua inglesa na contemporaneidade constitui um dos múltiplos reflexos do processo de mundialização descrito por Mongin (2006), sendo a própria língua atravessada por uma tensão inerente entre tendências homogeneizantes e movimentos de fragmentação identitária. Essa tensão se torna particularmente visível no caso de línguas com trajetória colonial, como o inglês, que — conforme argumenta Mariani (2004) — carrega consigo uma memória institucionalizada: “a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre sua própria língua” (p. 24). Em outras palavras, mesmo quando mobilizado para nomear ou representar outras realidades, o inglês permanece ancorado em uma lógica semântica moldada por categorias e sentidos historicamente produzidos no contexto colonial.

Nesse sentido, Mariani (2004) ressalta que os sentidos previamente institucionalizados pela língua dominante tendem a persistir, uma vez que as práticas discursivas locais, ao buscarem nomear novos contextos ou ressignificar acontecimentos, acabam, ainda que de modo implícito, operando dentro de uma política de sentidos organizada a partir da língua da metrópole. Assim, mesmo quando subvertido ou resignificado nas produções acadêmicas globais, o inglês continua a reproduzir efeitos de uma herança colonial que se manifesta nas formas pelas quais a ciência e o conhecimento são organizados, validados e disseminados.

É, portanto, imprescindível reconhecer as tensões que atravessam o uso do inglês como língua franca da ciência, recusando sua concepção como um mero instrumento neutro de comunicação ou como simples meio de ampliação do alcance das produções acadêmicas. O

paradoxo entre o impulso à universalização e a persistência das marcas coloniais evidencia a urgência de uma vigilância epistemológica constante, bem como de uma reflexão crítica contínua acerca das práticas linguísticas que hegemonizam os espaços de produção do saber.

Nessa perspectiva, cabe enfatizar que o inglês, enquanto idioma hegemônico da ciência global, vai além de um simples meio técnico de comunicação, configurando-se como um campo de disputa epistemológica onde, constantemente, se atualizam relações de poder históricas. A desconstrução das estruturas coloniais do saber exige, portanto, não apenas a ampliação das vozes e das práticas discursivas que desafiam a centralidade do inglês, mas também o reconhecimento das marcas simbólicas que esse idioma carrega, as quais continuam a moldar as fronteiras do conhecimento acadêmico em escala global.

A centralidade do inglês como língua científica reflete-se de maneira inequívoca no processo de internacionalização das universidades brasileiras, fenômeno que ganhou expressivo impulso nas últimas décadas e que vem contribuindo para a inserção do país em circuitos globais de produção do conhecimento (Morosini; Nascimento, 2017). Nesse contexto, a produção acadêmica em inglês configura-se como uma das principais estratégias de inserção nas redes internacionais de pesquisa, favorecendo a circulação de saberes e a colaboração entre pesquisadores de distintas regiões do mundo. No entanto, esse processo de internacionalização — fortemente atravessado pela questão linguística — não se dá de forma isenta de tensões, uma vez que se situa na interseção entre as exigências globais e as especificidades das realidades locais. A adoção do inglês como língua predominante para publicação e colaboração internacional, embora consolidada como uma estratégia institucional (Knight, 2003), impõe desafios significativos, especialmente ao marginalizar pesquisas que não se alinham aos padrões linguísticos e epistemológicos globais ou que enfrentam dificuldades de acesso a recursos adequados, evidenciando as limitações dessa dinâmica de internacionalização.

Desta forma, os pesquisadores situados além dos muros desse centro científico encontram-se frequentemente em posição de subalternidade epistêmica na produção global do conhecimento, de modo que suas investigações, desenvolvidas em idiomas não-hegemônicos, ainda que pertencentes ao cânone linguístico europeu, carecem de ampla difusão e, conseqüentemente, tendem a assumir caráter endêmico, circulando predominantemente em circuitos locais. Em contrapartida, quando optam pela produção científica em língua inglesa, submetem-se necessariamente aos protocolos normativos e paradigmáticos impostos tanto pelas

políticas de sentido do inglês quanto por questões estruturais, como as normativas dos periódicos acadêmicos transnacionais, o que implica não apenas uma translação linguística, mas também pode significar uma conformação aos arquétipos epistemológicos e metodológicos hegemônicos, frequentemente desvinculados das especificidades socioculturais e contextuais de suas realidades autóctones. Tal processo, não obstante potencialize a projeção internacional desses pesquisadores, impõe-lhes desafios substanciais ao demandar sua adequação a um sistema científico que, intrinsecamente, pode não contemplar integralmente suas perspectivas teóricas e abordagens investigativas.

Produção Indígena e os Desafios da Divulgação Acadêmica

Em amplos segmentos da sociedade brasileira, persiste a concepção equivocada de que os povos indígenas constituem sociedades ágrafas, desprovidas de sistemas de escrita e, por conseguinte, destituídas de mecanismos de preservação historiográfica, memória coletiva ou acervos documentais. Tal pressuposição fundamenta-se em uma epistemologia eurocêntrica que estabelece uma falsa dicotomia entre oralidade e escrita, na qual a dimensão oral é redutivamente compreendida como mera expressão fonética, enquanto a escrita é restritivamente concebida apenas em sua manifestação alfabética ocidental (Rezende, 2019).

É fundamental desconstruir a concepção recalcitrante, construída pela discursividade ocidental, segundo a qual, no contexto das sociedades ameríndias, a ausência histórica — ou ainda atual, em determinados grupos étnicos — de uma escrita alfabética de matriz ocidental configuraria uma limitação comunicacional. Ao contrário, conforme argumentado em estudo anterior (Rezende, 2019), observa-se uma miríade de expressões gráficas dotadas de intencionalidade comunicativa, materializadas em sofisticados sistemas de registro que atravessam a diversidade cultural dos povos originários no território brasileiro.

Conforme discute Souza (2006), a escrita pode ser concebida como uma modalidade interacional que transcende o sistema alfabético, manifestando-se através de marcas manuais deixadas em diferentes superfícies, representando conceitos, princípios culturais ou narrativas. Sob esta perspectiva mais abrangente, a autora argumenta que os povos indígenas brasileiros sempre desenvolveram práticas escriturais, evidenciadas nos grafismos presentes em cerâmicas, têxteis, artefatos de madeira, trançados e inscrições corporais.

Nesse sentido, é relevante destacar que “as comunidades indígenas brasileiras, portanto, não se mostram carentes de escrita, mas independentes de um alfabeto” (Rezende, 2019, p.100); seus acervos mnemônicos têm sido historicamente resguardados por meio de práticas orais, ao mesmo tempo em que são preservados por formas de registro que extrapolam os modelos alfabéticos ocidentais.

Um caso ilustrativo de sistema escritural indígena é a arte *kusiwa* dos Wajãpi, conjunto sofisticado de padrões gráficos corporais que transcende a mera ornamentação ritual. Conforme aponta Vivas (2008), trata-se de uma tradição estética e criativa incorporada ao cotidiano familiar, composta por padrões denominados e reconhecidos coletivamente, referenciando elementos da fauna ou adornos materiais. Este repertório gráfico, dinâmico e em constante expansão, constitui efetivamente uma modalidade de escrita não-alfabética, já que produz significações culturalmente compartilhadas, funcionando como veículo expressivo das cosmologias Wajãpi, mesmo antes da adoção recente da escrita alfabética por este povo.

O caso dos Wajãpi, situados contemporaneamente no Amapá, exemplifica entre diversos outros possíveis, como as práticas escriturais podem se manifestar por meio de sistemas representacionais distintos do paradigma alfabético. Ao se endossar esta concepção de escrita, propõe-se necessariamente a dissolução das fronteiras artificialmente estabelecidas entre oralidade e escrita. Embora as sociedades originárias brasileiras tenham sido classificadas como ágrafas ou orais pelos colonizadores devido à ausência de alfabeto, sustenta-se um deslocamento epistemológico, alinhado à perspectiva de Tania Clemente de Souza (2017), que as reconhece como *sociedades de oralidade*. Tal reposicionamento conceitual não apenas valoriza a oralidade enquanto traço constitutivo da identidade desses povos, mas fundamentalmente possibilita a compreensão dessas culturas a partir de suas próprias materialidades discursivas, e não mediante parâmetros comparativos com as sociedades letradas ocidentais. Clemente de Souza (2017) propõe uma reconceptualização da oralidade como fenômeno historicamente constituído e como espaço sócio-histórico de produção semântica, configurando-se como prática social linguística dotada de materialidade específica. Tal perspectiva, contudo, não implica a ausência de sistemas escriturais nessas sociedades, conforme anteriormente evidenciado.

Ao entendermos os indígenas como membros de sociedades de oralidade, a ambição é pensá-los não de uma perspectiva externa, a partir do olhar ocidental da falta, mas de um ponto de vista que parta de suas próprias formas de significação, enxergando a presença de diferentes formas de inscrição na oralidade. (Rezende, 2019, p.101).

Constatam-se, portanto, diversas modalidades de expressão linguística entre os povos indígenas, marcadas pela fluidez entre oralidade e escrita, bem como entre o verbal e o não-verbal. Tais manifestações se concretizam em narrativas orais, grafismos corporais, artefatos, danças, cerâmicas, plumárias e outros suportes semióticos, por meio dos quais sujeitos historicamente situados expressam suas visões de mundo, formas de organização social e posicionamentos ideológicos.

Tania Clemente de Souza (2017) argumenta que, para compreender a discursividade nas sociedades de oralidade, é necessário reconhecer que estas operam de maneira integrada entre os domínios verbal e não-verbal, sem se circunscreverem a um único sistema de significação. As narrativas tradicionais de cada comunidade indígena, por exemplo, são performadas a partir da oralidade e articulam-se a gestualidades, pinturas corporais, instrumentos musicais, vestimentas e diversos outros modos expressivos que funcionam como suportes de memória e transmissão cultural.

Munduruku (2006) observa que, nas sociedades de oralidade indígenas, a escrita não se restringe à materialidade gráfica reconhecida pela racionalidade ocidental. Trata-se de uma escrita outra — invisível aos códigos urbanos — que articula dimensões espirituais, cosmológicas e existenciais. Essa forma de inscrição, inscrita no próprio corpo e na memória coletiva, sustenta modos de vida, saberes e resistências, configurando-se como expressão de um pensamento indígena que desafia os limites epistêmicos do Ocidente e afirma outras ontologias possíveis.

Assim, a não presença de uma escrita alfabética entre os povos ameríndios não deve, em nenhum momento, ser interpretada como carência, mas como a expressão de uma não necessidade, na medida em que essas culturas desenvolveram, historicamente, sistemas simbólicos próprios para interpretar, representar e transmitir a realidade. Nessa perspectiva, impõe-se uma postura crítica capaz de reconhecer que as formas de preservação das memórias, narrativas, saberes e aspectos culturais das civilizações indígenas não dependem — nem dependiam — da escrita alfabética para sua legitimação ou continuidade (Rezende, 2019).

Na contemporaneidade, os povos indígenas vêm ressignificando o uso desse recurso tecnológico exógeno, imposto de maneira violenta há mais de cinco séculos, apropriando-se dele como uma ferramenta política para a preservação de suas memórias coletivas. Ao fazerem isso, esses povos fortalecem seus mecanismos de resistência cultural, utilizam-no como meio

de circulação de seus saberes e buscam garantir sua autopreservação frente às reiteradas formas de violência, tanto física quanto simbólica, que continuam a enfrentar.

Nesse processo, é imprescindível destacar, conforme defendido em pesquisa anterior (Rezende, 2019), que as sociedades de oralidade não compreendem a escrita alfabética como uma mera representação da fala, mas sim como um “suplemento” (*supplément*) no sentido proposto por Derrida (1967[2011]), isto é, não como uma complementação de algo supostamente pleno, como se a escrita representasse de forma secundária uma fala originária e autossuficiente. O suplemento, nessa perspectiva, evidencia que a fala nunca foi plenamente autônoma, de modo que, como destacado anteriormente, as sociedades indígenas sempre recorreram a diferentes formas semióticas para a comunicação. Todavia, a escrita alfabética, ainda que historicamente empregada para subjugar sociedades independentes dela, também não escapa da lógica da insuficiência, na medida em que tanto a fala quanto a escrita são atravessadas pela diferença (*différance*) e pelo adiamento do sentido, não existindo, portanto, qualquer instância de plenitude ou presença absoluta. Assim, em Derrida (1967[2011]), fala e escrita não constituem instâncias independentes ou hierarquizáveis; ambas são manifestações de uma mesma estrutura fundamental de significação marcada pela diferença e pela ausência de origem plena.

À luz dessa compreensão, observa-se que os povos indígenas, ao adotarem a escrita alfabética como um modo de suplementação, não apenas ressignificam uma tecnologia historicamente utilizada para sua desqualificação, mas também a incorporam como um meio de reinscrição e intensificação de suas práticas semióticas. Dessa maneira, o que se verifica é uma apropriação que não se configura como mera adaptação às normas ocidentais, mas como uma prática de subversão e transformação, na qual a escrita se torna um espaço fluido, multimodal e atravessado pela oralidade, possibilitando a recuperação, a preservação e a reinvenção contínua das tradições indígenas, sem jamais se fixar em uma origem plena ou estável.

Não obstante a potente reapropriação da escrita alfabética pelas sociedades indígenas, é imprescindível reconhecer que essas populações continuam a enfrentar formas persistentes de violência epistêmica, inclusive nos âmbitos acadêmico e científico contemporâneos. Tal persistência decorre, em grande medida, da exigência de que a produção e a circulação de seus saberes não apenas se realizem por meio da escrita alfabética — tecnologia já incorporada de modo crítico e criativo, como se demonstrou — e do processo de gramatização de suas línguas

originárias, mas, sobretudo, da necessidade de que esses saberes sejam articulados nas línguas coloniais: primeiramente, no contexto brasileiro, o português, e, mais recentemente, o inglês, em função das dinâmicas de internacionalização do conhecimento científico, conforme discutido na seção anterior. Essa imposição linguística atua como um renovado dispositivo de exclusão, na medida em que instaura filtros e hierarquias que deslegitimam epistemologias indígenas em seus próprios marcos de referência, forçando-as à tradução e à conformação a modelos discursivos ocidentais. Desse modo, a colonialidade do saber se reinscreve, deslocando-se das práticas explícitas de silenciamento para mecanismos mais sutis de normatização e padronização linguístico-discursiva, os quais seguem obstaculizando o pleno reconhecimento da pluralidade epistêmica e ontológica que constitui as cosmologias indígenas.

Neste cenário de tensões e contradições, observa-se uma presença indígena crescente no campo acadêmico, o que evidencia a força, a resistência e a vitalidade de suas epistemologias, mesmo em contextos historicamente marcados por processos sistemáticos de exclusão e silenciamento. Justino Rezende (2024), por exemplo, figura como coautor do artigo "Indigenizing conservation science for a sustainable Amazon", publicado na *Science*, uma das revistas científicas de maior prestígio mundial, reafirmando a centralidade dos saberes indígenas na construção de alternativas para a sustentabilidade planetária. Outro exemplo significativo é o trabalho de Trudruá Dorrico, que se sobressai no campo das investigações literárias e críticas ao articular memória, resistência e identidade a partir de perspectivas originárias. Essas experiências atestam a potência das epistemologias indígenas na reconfiguração dos espaços de produção do saber. Contudo, pesquisadores indígenas continuam a enfrentar barreiras estruturais que incluem a dificuldade de acesso a financiamentos, a precariedade de recursos para publicação e a necessidade de conformação a critérios editoriais que privilegiam formatos acadêmicos eurocêntricos. As revistas científicas e editoras universitárias, mesmo aquelas comprometidas com a diversidade epistemológica, operam predominantemente sob lógicas que favorecem metodologias, estilos de escrita e formas de argumentação alinhadas a paradigmas ocidentais, frequentemente incompatíveis com as estruturas de pensamento, temporalidade e expressão das culturas indígenas. Esse quadro evidencia a necessidade premente não apenas de ampliar os mecanismos de visibilização das produções indígenas, mas também de desconstruir criticamente os próprios critérios de legitimação do conhecimento vigentes nos espaços acadêmicos.

Diante desse panorama crítico, os processos tradutórios surgem como uma ferramenta potencialmente transformadora para a visibilização e legitimação da produção acadêmica indígena no cenário internacional. Para além de simples operações linguísticas, as práticas de tradução, quando abordadas a partir de uma perspectiva intercultural e pós-colonial, desempenham o papel de verdadeiras pontes epistêmicas. Elas possibilitam que saberes, cosmovisões e metodologias indígenas ultrapassem as fronteiras geopolíticas e disciplinares, ainda que, inevitavelmente, envolvam negociações com diferentes graus de domesticação e apagamento que são intrínsecos a qualquer processo tradutório. Trata-se, portanto, de conceber a tradução não apenas como uma ferramenta técnica para a internacionalização da produção indígena, mas como um exercício político e ético que facilita a circulação de epistemologias historicamente marginalizadas, desafiando as estruturas hegemônicas da academia global. Ao permitir que esses discursos transitem por diferentes contextos linguísticos e culturais, a tradução não só favorece a disseminação dos autores indígenas, mas também promove uma reconfiguração dos parâmetros epistemológicos dominantes nos âmbitos acadêmico e científico globais, ampliando os horizontes para uma efetiva pluralidade de saberes.

Tradução e violência epistêmica: tentativas de reparação

Desde os primórdios da colonização brasileira, os processos tradutórios constituíram instrumentos fundamentais de dominação e controle territorial. Longe de configurarem-se como uma atividade puramente linguística — o que nunca ocorre —, as práticas tradutórias funcionaram como ferramentas de mediação assimétrica, facilitando a imposição de valores e o estabelecimento de estruturas de poder europeias sobre as populações indígenas. Vale pontuar que a figura do “língua” – interprete que mediava a comunicação entre colonizadores e povos originários – emerge como peça-chave neste contexto, não como mero facilitador de diálogos interculturais, mas como agente estratégico do projeto colonial (Wylter, 2003; Rezende, 2023). Esses intérpretes eram, em sua maioria, portugueses degredados que, abandonados no Brasil durante os primeiros anos da invasão colonial, estabeleceram prolongado contato com as populações autóctones, adquirindo proficiência em línguas nativas. Sua atuação revelou-se fundamental para a consolidação das estratégias colonizadoras do Império Português, na medida em que proporcionaram uma vantagem tanto linguística quanto cultural. Ao servirem como mediadores, facilitaram processos de negociação, firmaram alianças estratégicas e

viabilizaram a coleta de informações essenciais acerca dos territórios, seus recursos naturais e as dinâmicas sociopolíticas das populações indígenas. Desse modo, tornaram-se agentes indispensáveis à expansão e à consolidação do domínio colonial português na América. A tradução, portanto, não se configurava como um gesto de respeito à alteridade linguística, mas como uma sofisticada manobra política que visava acessar os sistemas de subjetivação indígenas para melhor implementar as políticas de dominação lusitanas e, posteriormente, a catequização católica, instrumentalizando as próprias línguas nativas contra seus falantes originários.

Ao longo do período colonial, os processos tradutórios, portanto, configuraram-se como dispositivos centrais daquilo que Mignolo (2000) conceitua como *colonialidade do saber*. A submissão das línguas indígenas às estruturas gramaticais europeias, bem como a tradução de suas cosmologias para categorias cristãs, exemplificam práticas que operaram aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2000) denomina "epistemicídio" — ou seja, o apagamento sistemático de saberes locais por epistemologias alheias, neste caso, de matriz europeia. Nesse sentido, "a prática da tradução viabilizou aos invasores uma engenharia das formas de conhecimento e pensamento dos povos indígenas em consonância com os paradigmas ocidentais" (Rezende, 2023), buscando, assim, consolidar a dominação intelectual como extensão e aprofundamento do projeto colonial.

A promulgação do Diretório dos Índios, em 1757, provocou uma reconfiguração ainda mais profunda das dinâmicas linguísticas no interior da colônia. Entre as medidas impostas, estabeleceu-se a obrigatoriedade do uso exclusivo da língua portuguesa nos territórios coloniais, o que resultou na diminuição significativa do papel da tradução no contexto colonial. A tradução, que até então exercia uma função estratégica na imposição e reorganização dos sistemas de comunicação entre europeus e indígenas, perde parte de sua centralidade, enquanto o português consolida-se não apenas como língua administrativa e religiosa, mas também como instrumento de assimilação forçada e de homogeneização cultural das populações indígenas.

Diante desse cenário histórico, os processos tradutórios sofreram uma notável reorientação, voltando-se majoritariamente para as relações entre o português e os idiomas hegemônicos europeus, com destaque para o francês e o inglês. Esta configuração, que privilegia o eixo lusófono nas práticas tradutórias, persiste como paradigma dominante contemporâneo e representa um dos desdobramentos de políticas sistemáticas que visaram à

incorporação forçada das populações originárias ao projeto de identidade nacional brasileira, processo que não apenas marginalizou suas línguas e saberes, mas também lhes subtraiu o direito essencial de determinarem seus próprios destinos culturais e políticos.

A partir da década de 1990, é possível observar movimentos contestatórios à hegemonia do português que conferem crescente visibilidade às línguas indígenas no contexto brasileiro. O processo de recuperação e reelaboração de narrativas originárias exemplifica esse fenômeno, oferecendo novas abordagens tradutórias. Essas iniciativas emergem da resistência e articulação dos próprios povos indígenas, que conquistaram maior protagonismo político ao final do século XX. Nesse cenário, a União das Nações Indígenas exerceu papel decisivo para os avanços presentes na Constituição de 1988, que reconheceu o multiculturalismo e assegurou direitos fundamentais aos povos originários, como a posse territorial tradicional e a preservação de suas manifestações culturais nos ambientes necessários à sua reprodução (Rezende, 2023).

No contexto dessa crescente articulação política indígena e do reconhecimento constitucional de seus direitos, a tradução começa a ser reposicionada como instrumento potencial de visibilidade epistemológica. Essa reconfiguração emerge não como simples continuidade das práticas tradutórias históricas, mas como sua crítica radical e ressignificação. Diferentemente das práticas coloniais que instrumentalizavam a tradução como veículo de domesticação e apagamento, as iniciativas contemporâneas tentam buscar estabelecer processos dialógicos que reconhecem as ontologias e epistemologias indígenas em seus próprios termos, ainda que cruzadas pelos sentidos das línguas coloniais, questionando a suposta universalidade do pensamento ocidental.

Entretanto, permanece um desafio estrutural: embora a tradução seja hoje, em grande medida, mobilizada como ferramenta de resistência e visibilização, a maioria das pesquisas produzidas por intelectuais indígenas no Brasil ainda é publicada majoritariamente em língua portuguesa. Essa escolha, longe de ser meramente uma questão prática ou voluntária, decorre de uma exigência institucional dos periódicos acadêmicos nacionais, que demandam a produção textual em português para viabilizar a avaliação por pares. Em um país cuja elite acadêmica ainda é, em sua maioria, alheia às línguas indígenas, o português surge como meio inevitável de circulação do saber no espaço universitário. Tal configuração, contudo, evidencia uma dupla tensão: por um lado, a necessidade pragmática de utilizar o português como meio de inserção e reconhecimento institucional; por outro, a manutenção involuntária da colonialidade linguística

que, ao privilegiar um idioma europeu de baixo prestígio no cenário global, limita o alcance internacional das epistemologias indígenas.

Essa realidade implica que muitos saberes indígenas, mesmo quando reescritos e reivindicados em a partir de uma ótica pós-colonial, continuam restritos a circuitos nacionais, sem o mesmo impacto ou reconhecimento que pesquisas difundidas em inglês inevitavelmente alcançam. Conforme discutido na primeira seção deste artigo, o inglês ocupa posição hegemônica como língua de produção e legitimação do conhecimento acadêmico contemporâneo, fenômeno que aprofunda a assimetria epistêmica global. Nesse contexto, traduzir para o inglês os trabalhos produzidos por pesquisadores indígenas brasileiros torna-se, paradoxalmente, um gesto estratégico de reapropriação: não se trata de uma impensada submissão à lógica colonial do inglês como língua franca da ciência, mas da instrumentalização crítica dessa posição para fazer ecoar vozes historicamente silenciadas em um circuito global. Assim, a tradução para o inglês pode operar como tática de insurgência epistemológica, ampliando a circulação de saberes outros, deslocando os centros de produção de conhecimento e, em última instância, tensionando as hierarquias linguísticas e epistêmicas que sustentam a colonialidade contemporânea.

Portanto, reconhecer a complexidade da tradução nesse cenário multifacetado revela-se absolutamente fundamental: ela não apenas atravessa as tensões dialéticas entre local e global, entre resistência epistêmica e reprodução de estruturas coloniais, mas também oferece possibilidades concretas de subversão crítica dessas dinâmicas hegemônicas historicamente consolidadas. Ao ser ressignificada e reposicionada como prática insurgente, a tradução transcende sua condição instrumental de mera mediação comunicativa e se afirma como ato político e estratégico, dotado de potencialidade transformadora no âmbito das geopolíticas do conhecimento. Essa reconceptualização da prática tradutória possibilita a emergência de um espaço enunciativo contra-hegemônico capaz de desestabilizar os regimes de invisibilidade sistematicamente impostos às epistemologias indígenas na ordem mundializada e hierarquizada do saber acadêmico. A tradução, assim compreendida, reconfigura-se como dispositivo de intervenção nas relações de poder que estruturam a produção e circulação de conhecimentos, viabilizando a criação de zonas de contato onde saberes diversos podem estabelecer diálogos não subordinados aos parâmetros epistemológicos eurocêntricos.

Notas finais: tentativas de ampliar as vozes

A produção científica contemporânea permanece estruturada a partir de moldes que privilegiam o pensamento ocidental como *locus* de enunciação legítimo, configurando-se, majoritariamente, como prática discursiva masculina e ancorada na centralidade da escrita como norma epistêmica hegemônica. Tal configuração reforça o que Spivak (1988 [2010]) identificou como a exclusão epistêmica do *subalterno* — sujeitos cujas formas de conhecimento são sistematicamente silenciadas. A primazia da escrita, enquanto tecnologia de poder, não apenas marginaliza tradições orais e saberes corporificados, como também naturaliza hierarquias que associam a produção científica a um modelo específico de racionalidade, masculinizado e vinculado às instituições do Norte Global. Desse modo, as ciências contribuem para a supressão de epistemologias dissidentes, perpetuando a colonialidade do saber mesmo em contextos pós-coloniais.

Essa lógica configura-se como um círculo vicioso epistêmico: ao recusarem reproduzir os parâmetros estabelecidos pelo cânone ocidental, pesquisadores dissidentes são excluídos dos principais mecanismos de validação científica — periódicos indexados, agências de fomento, espaços acadêmicos —, tornando suas críticas invisibilizadas justamente por não se adequarem às regras do jogo que denunciam. À luz de Spivak (1988 [2010]), pode-se argumentar que o problema não reside apenas no silenciamento do subalterno, mas na deslegitimação estrutural de seus modos de conhecimento, sistematicamente classificados como “não científicos” por se distanciarem dos critérios dominantes de validade. Supostos princípios acadêmicos, como o rigor metodológico, a linguagem neutra e técnica e os formatos padronizados de produção científica, operam como filtros epistêmicos que excluem saberes não alinhados à racionalidade ocidental, abrangendo desde conhecimentos indígenas ancorados na oralidade até epistemologias feministas que contestam a pretensa neutralidade científica. Dessa forma, sujeitos situados nas periferias dos circuitos acadêmico-científicos enfrentam o dilema de que, para serem reconhecidos, devem aderir a protocolos que, em si mesmos, perpetuam a exclusão das epistemologias dissidentes. Tal dinâmica não apenas reforça a colonialidade do saber, mas também naturaliza a marginalização sob o pretexto de uma suposta “inadequação metodológica”. O resultado é a manutenção de um sistema que se autolegitima enquanto

inviabiliza alternativas, criando a ilusão de que não há produção de conhecimento válido fora de seus moldes.

Diante desse cenário, os processos tradutórios emergem como um vetor potencial de transformação, atuando nos interstícios das próprias estruturas coloniais. Ao traduzir saberes subalternos para os códigos hegemônicos, sem, contudo, reduzi-los a esses parâmetros, cria-se uma fissura no sistema: conhecimentos anteriormente marginalizados ganham inteligibilidade acadêmica, mas mantêm as marcas de sua diferença. A tradução, dentro dessa lógica, não apaga as assimetrias, mas as torna evidentes, transformando a própria linguagem científica em um campo de disputa. Quando, por exemplo, uma epistemologia indígena sobre relações ecológicas é traduzida para os artefatos científicos, preservando seus conceitos-chave não ocidentais, ocorre uma dupla subversão: o cânone é forçado a se expandir, ainda que de maneira limitada, e os parâmetros de validade são tensionados. A tradução, embora não resolva o paradoxo anteriormente exposto, transforma-o em uma tática: ao negociar com as estruturas hegemônicas sem se submeter integralmente a elas, abre-se caminho para uma erosão, ainda que gradual, da colonialidade do saber. Trata-se de uma mudança paulatina — e frequentemente ambígua —, mas que evidencia como a resistência epistêmica pode operar mesmo dentro de sistemas opressivos, convertendo a própria ferramenta de exclusão, no caso, a linguagem acadêmica e a predominância do inglês, em instrumento de insurgência.

Como exemplo paradigmático dessa insurgência epistêmica, destaca-se o caso de Justino Rezende, anteriormente mencionado, que se utiliza do prestígio e da legitimidade de uma das principais revistas científicas mundiais para reposicionar os saberes indígenas como centrais no debate científico global, ao evidenciar como os sistemas de conhecimento dos povos originários oferecem modelos eficazes de manejo ambiental que desafiam os paradigmas convencionais da ciência da conservação. Outro exemplo relevante é o de Ailton Krenak, que, ao escrever em uma língua e em gêneros textuais coloniais, emprega uma espécie de antropofagia epistêmica. Ou seja, ele se apropria de uma tecnologia — a escrita alfabética — historicamente utilizada para inferiorizar e silenciar os povos indígenas, para reinscrever saberes autóctones no debate intelectual, não apenas no contexto brasileiro, mas global, com seus livros sendo traduzidos para inúmeras línguas e criando um novo léxico político-ecológico

que, atualmente, influencia diversos saberes tradicionalmente ocidentais, como a antropologia, a filosofia e as ciências sociais.

Esses autores demonstram que os processos transformativos não se efetivam mediante a negação categórica do sistema hegemônico, mas através da ocupação estratégica e subversiva de seus espaços institucionais. Ao apropriarem-se dos idiomas ocidentais e de suas metodologias de produção científica, estes agentes operam analogamente a dispositivos troianos inseridos nos mecanismos acadêmicos dominantes, modificando substantivamente a cadência e a trajetória de seu funcionamento epistemológico.

Assim, a tradução, mais do que uma mera estratégia, pode ser entendida como um dispositivo crucial na disputa pela ampliação e pelo reconhecimento de epistemologias plurais. Esse embate se manifesta simultaneamente tanto na dimensão dos conteúdos proposicionais quanto nas estruturas de validação e legitimação do conhecimento científico, desafiando os paradigmas monolíticos da racionalidade ocidental e suas pretensões universalistas. No entanto, para que essa disputa seja efetiva, é imprescindível reconhecer que a desconstrução dos paradigmas científicos coloniais não pode ser encarada como uma tarefa exclusiva dos povos indígenas. Ao contrário, ela demanda um engajamento crítico e autocrítico por parte dos pesquisadores não-indígenas. Essa aliança, embora necessária, deve ser construída com cuidado para evitar tanto a armadilha da apropriação epistemológica – em que saberes originários são cooptados sem o devido reconhecimento de sua autoria ou contexto – quanto a postura assistencialista, na qual os não-indígenas são tomados como "porta-vozes". Nesse sentido, o papel dos acadêmicos não-indígenas nesse processo deve ser o de desaprender ativamente os pressupostos colonialistas que estruturam suas disciplinas, criando espaços institucionais onde as epistemologias indígenas possam circular em seus próprios termos, sem mediações distorcidas.

Esse esforço de desconstrução transcende a mera conscientização crítica, demandando a implementação de práticas transformadoras capazes de potencializar a visibilidade e circulação dos saberes ancestrais indígenas em uma escala global. A materialização de iniciativas lideradas por acadêmicos não-indígenas – como periódicos científicos multilíngues especializados, programas de formação de mediadores interculturais indígenas e não-indígenas sensibilizados às especificidades ontológicas e epistemológicas desses conhecimentos situados

– configura-se como uma potencialidade insurgente neste processo de desestabilização das hierarquias cognitivas hegemônicas.

Essas intervenções se constituem como mecanismos de legitimação e reconhecimento da centralidade das enunciações dos povos originários no contexto acadêmico transnacional. É imprescindível ressaltar que tais ações não devem ser entendidas como concessões paternalistas ou gestos magnânimos direcionados aos povos indígenas, mas como um reconhecimento da estrutura relacional da colonialidade, que se configura como um sistema que subalterniza e desumaniza todos os sujeitos envolvidos – incluindo os não-indígenas – ao reproduzir violências epistêmicas e ontológicas que obstaculizam a construção de ecologias de saberes pluriversais e horizontes civilizatórios alternativos à modernidade ocidental.

Adicionalmente, a implementação de políticas editoriais que incentivem publicações bilíngues ou multilíngues constitui um dispositivo fundamental para a consolidação da pluralidade epistêmica, possibilitando a transversalidade do conhecimento indígena por meio de distintos sistemas linguísticos e horizontes culturais. No entanto, tais empreendimentos devem ser orientados criticamente para garantir que a potencialidade disruptiva desses saberes não seja neutralizada ou domesticada, mas preservada em sua radicalidade ontológica, desafiando os paradigmas epistêmicos hegemônicos e propondo cosmologias alternativas de compreensão e habitação do mundo. Dessa forma, essas iniciativas não apenas expandem os territórios de circulação das epistemologias indígenas, mas também abrem possibilidades concretas para uma transformação substancial das dinâmicas de produção, legitimação e validação do conhecimento na academia globalizada.

Não há caminho possível, verdadeiro e sustentável para a internacionalização das pesquisas científicas brasileiras que não reconheça plenamente as produções epistêmicas indígenas como elementos essenciais desse processo. A incorporação dessas cosmologias e metodologias ancestrais vai além de políticas representacionais compensatórias, configurando-se como uma condição fundamental para a construção de uma academia verdadeiramente pluriversal e contra-hegemônica no Brasil.

A tradução dessas produções, nesse contexto, surge como um dispositivo capaz de subverter a homogeneização epistêmica imposta pela hegemonia linguística ocidental, particularmente pela língua inglesa, que exerce um poder imperial sobre as produções científicas globais. Por meio de práticas tradutórias sensíveis às especificidades dos saberes

originários, abre-se a possibilidade de desterritorializar as línguas dominantes, permitindo que esses saberes resistam à uniformização e circulem globalmente em seus próprios termos cosmológicos, preservando sua potência transformadora e seu caráter enunciativo único.

Essa mobilização epistêmico-política não apenas amplia as fronteiras do conhecimento acadêmico convencional, mas também estabelece espaços genuinamente inclusivos para intercâmbios horizontais, nos quais as enunciações originárias podem reverberar em toda sua densidade ontológica, complexidade cosmológica e capacidade de desafiar as estruturas coloniais que ainda persistem na geopolítica do conhecimento contemporâneo.

Referências

ALTBACH, Philip G. The imperial tongue: English as the dominating academic language. *Economic and Political Weekly*, v. 42, p. 3608-3611, 2007.

CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual practice: Global Englishes and cosmopolitan relations*. New York: Routledge, 2012.

CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual practices and neoliberal policies*. Cham: Springer International Publishing, 2017.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2011.

JENKINS, Jennifer. *Global Englishes: A resource book for students*. New York: Routledge, 2014.

KNIGHT, Jane. Internationalisation of Higher Education. In: KNIGHT, J.; WIT, H. (org.). *Quality and internationalisation in higher education*. Amsterdã: OECD, 1999. p. 225–240.

KNIGHT, Jane. *Updated internationalization definition*. Boston: International Higher Education, 2003.

MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística: língua, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. São Paulo: Pontes, 2004.

- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MONGIN, Olivier. *La condition urbaine: la ville à l'heure de la mondialisation*. Paris: Seuil, 2005.
- MONGIN, Olivier. Le Décentrement du Monde. *Esprit*, Paris, n. 6, p. 54-61, 2007.
- MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, e155071, 2017.
- MUNDURUKU, Daniel. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- PENNYCOOK, Alastair. *Global Englishes and transcultural flows*. London: Routledge, 2006.
- PHILLIPSON, Robert. Lingua franca or lingua frankensteinia? English in European integration and globalisation. *World Englishes*, v. 27, n. 2, p. 250–267, 2008.
- REZENDE, Justino et al. Indigenizing conservation science for a sustainable Amazon. *Science*, v. 386, n. 6727, p. 1229-1232, 2024.
- REZENDE, Patrick. *Tradução como to mpey: tentativas de reparação das histórias, das identidades e das narrativas indígenas*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOUZA, Lyn Mário T. M. Uma outra história: a escrita indígena no Brasil. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 203-208.

SOUZA, Tania C. C. de. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 36-55, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/7710/6228>. Acesso em: 27 de abril de 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIVAS, Caroline G. Arte Kusiwa: a inserção do patrimônio indígena no cenário nacional. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13., 2008, Seropédica. *Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1214604687_ARQUIVO_artigo_Anpuh.pdf. Acesso em: 27 de abril de 2025.